

## **MPF recomenda exoneração da superintendente do Ibama em São Paulo**

**Categories :** [Notícias](#)

O Ministério Público Federal recomendou ao ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, que exonere a ex-deputada Vanessa Damo Orosco (PMDB) do cargo de superintendente do Ibama em São Paulo. O documento do MPF já chegou ao Ministério do Meio Ambiente, que confirmou o recebimento e anunciou que aguarda parecer da consultoria jurídica.

Num documento de [7 páginas](#), o procurador Adílson Paulo Prudente do Amaral Filho lista os motivos da recomendação. Entre eles, está a série de denúncias feita pela Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), que inclui acusações contra a superintendente que vão de uso particular de carro oficial do órgão e do motorista terceirizado até a realização de reuniões com empresas interessadas em pareceres do órgão sem o acompanhamento de servidores.

Outra acusação é de que Vanessa só chegava para trabalhar de tarde e ficava poucas horas no gabinete. Segundo a Ascema, o MPF já estuda entrar com uma ação de improbidade administrativa contra a superintendente.

“Ao usar terceirizados como empregados particulares, inclusive não respeitando o horário de entrada e saída do trabalhador, ela expôs o órgão a levar um processo na justiça trabalhista”, explica Vera Élen Nascimento Freitas, diretora da Ascema de São Paulo.

### **Justiça afasta superintendente**

Vanessa já havia sido afastada preliminarmente do cargo no dia 14 de outubro por causa de uma ação popular que questionou a nomeação da política cassada, mas a superintendente só entregou o gabinete na terça (25). Segundo relato de servidores, após ser informada da decisão judicial, ela trancou a porta do local e só apareceu uma semana depois para esvaziar as gavetas.

A decisão pelo afastamento foi dada pelo juiz federal Marco Aurélio de Mello Castrianni, da 1ª Vara Federal Cível de São Paulo, no dia 14 de outubro. A ação popular, movida pelo advogado Ricardo Amin Abrahão, argumenta que Vanessa Damo não poderia ter sido nomeada porque perdeu parte dos seus direitos políticos. A deputada estadual foi cassada em abril pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acusada de praticar crime eleitoral nas eleições de 2012. Na época, ela havia distribuído panfletos contra o prefeito de Mauá, Donisete Braga, do PT, no qual associava Donisete à morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel. Por causa disso, terá que ficar até

2020 sem concorrer.

## **Ministro afirmou que anularia indicações de pessoas não aptas**

Em julho, com a troca de comando nas superintendências do Ibama nos estados, o ministro voltou atrás em algumas nomeações após denúncias de servidores. Em entrevista a ((o))eco na ocasião, Sarney Filho afirmou que não vê problemas em nomeações políticas para as superintendências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nos estados, mas que reveria a indicação “se ficar comprovado que a pessoa indicada não tem condições, não está apta, ou não tem autoridade para gerir o órgão ambiental”.

Nas duas ocasiões onde os servidores conseguiram tornar a nomeação sem efeito, em Tocantins e na Bahia, havia denúncia de que o ocupante era ou deveria ser réu por crime ambiental. Na Bahia, o nomeado tinha multa no Ibama e em Tocantins, o indicado havia feito troça em rede social afirmando que estava comendo caititu, um animal silvestre que está na lista da Convenção sobre o [Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção \(CITES\)](#). Foi multado pelo Ibama e teve a nomeação tornada sem efeito. No caso da Bahia, o MPF também havia recomendado o cancelamento da nomeação ao Ministério do Meio Ambiente, que aceitou a recomendação.

A esperança da Associação de Servidores é que o ministro leve em conta a recomendação, como fez anteriormente, e nomeie um servidor de carreira para o cargo. Vanessa possui pós graduação em Gestão Ambiental, mas jamais trabalhou na área e, segundo o Ministério Público, não possui “conhecimentos técnicos e treinamento institucional que a habilitem a julgar autos de infração, entre outras tarefas próprias do cargo”.

## **Leia Também**

<http://www.oeco.org.br/noticias/ministro-nao-ve-problema-em-nomeacoes-politicas-no-ibama/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/servidores-do-ibama-se-mobilizam-contr-o-loteamento-politico-no-orgao/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/novo-superintendente-do-ibama-de-tocantins-cai-em-menos-de-24-horas-nomeado/>

